

REQUERIMENTO Nº de 2015

Requer a realização de Audiência Pública
visando a discussão de ações para a
redução da Mortalidade Materna no Brasil

Senhor Presidente,

Nos termos das disposições regimentais (art. 24 parágrafo III), requero a realização de Audiência Pública com a finalidade de discutir ações para redução da Mortalidade Materna no Brasil.

Justificativa

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) o Brasil foi um dos países latino americanos que alcançou avanços significativos na redução de mortes relacionadas à gravidez ou parto de 1990 a 2013.

A Taxa de redução de mortes maternas foi de 43% da década de 90 até 2014, no entanto a OMS alerta que o país não tem condições de alcançar a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio de reduzir 75% da taxa de mortalidade.

Segundo o Professor João Paulo Souza, na Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia, “a grande maioria das mortes maternas é evitável e ocorre em países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos, a taxa de mortalidade materna pode ser tão baixa quanto 10 óbitos maternos por 100.000 nascidos vivos; em comparação, nos países menos desenvolvidos, ela pode ser tão alta como 1.000 mortes maternas ou mais por 100.000 nascidos vivos. Grandes disparidades são também observadas no interior dos países e quando a população é desagregada por faixas de renda ou educação. Assim, os países, as regiões dentro dos países e grupos populacionais dentro dos países estão frequentemente em diferentes pontos do caminho para eliminar a mortalidade materna. Graças ao desenvolvimento econômico e social e à implementação de políticas que modificam os determinantes sociais da mortalidade materna (por exemplo, os programas de transferência condicional de renda) ou que remediam e atenuam os seus efeitos (por exemplo, o

fortalecimento do sistema de saúde e a melhora da qualidade da assistência), os países têm apresentado uma gradual transformação dos padrões de mortalidade materna.

No Brasil estima-se que a mortalidade materna é de 69 por 100.000, número preocupante.

Levando em conta que essas mortes são, em sua grande maioria evitáveis, proponho a realização de Audiência Pública para tratar do assunto, com os seguintes convidados:

- Ministro da Saúde Arthur Chioro
- Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci
- Ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República Nilma Lino Gomes
- Representante da Organização Pan-Americana da Saúde Dr. Joaquín Molina
- Presidente do Conselho Nacional de Saúde Maria do Socorro de Souza
- Presidente do Conselho Federal de Medicina Carlos Vital Tavares Corrêa Lima
- Representante da Federação Democrática Internacional de Mulheres

Sala das Comissões, 05 de março de 2015

Deputado Adelmo Carneiro Leão (PT – MG)